



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MOSSORO/RN

Processo: 08118494820198205106

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **FRANCISCA ELIZANETE DA SILVA LIMA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

#### DA LESÃO APURADA NO LAUDO PERICIAL

Em análise ao teor do laudo pericial, a parte Ré IMPUGNA o presente documento, haja vista que o respeitável perito indica como LIMITAÇÃO FÍSICA a existência de DOR E DESCONFORTO, o que acarretaria a invalidez apurada no percentual de 10% no punho direito.

**IV – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:**

- A) ☐ Disfunções apenas temporárias;  
 B) ☒ Dano anômico e/ou funcional definitivo(sequelas);

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo Informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Nervitismo de dor e desconforto no punho direito.*

Ora Exa., é notório não se tratar de INVALIDEZ PERMANENTE, eis que não estamos diante de limitações ou perda funcional do segmento corporal.

Assim, resta claro que não há INVALIDEZ a ser indenizada.

Deste modo, vem a Ré impugnar o presente laudo no tocante a INVALIDEZ indicada no PUNHO DIREITO, diante da mera alegação de dor e desconforto, não possuindo assim o periciado efetiva DEBILIDADE PERMANENTE que incapacite a função do seu segmento corporal e seja capaz de gerar indenização.

Por fim, caso Vossa Exa. tenha entendimento diverso, que seja intimado o respeitável perito para esclarecer nos autos razão pelo qual apurou invalidez parcial na PUNHO DIREITO do autor se não indicou qualquer limitação física ou perda da função de segmento corporal.

#### DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE

Oportunamente, a Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente o nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial a ausência do BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO indicando lesão no PUNHO DIREITO, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

OBSERVE QUE NÃO FORAM APRESENTADOS BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO OU DOCUMENTO DE ENTRADA DO HOSPITAL QUE INFORMEM QUE APONTEM A LESÃO NO PUNHO DIREITO

**RESSALTA-SE INCLUSIVE QUE A PRÓPRIA PETIÇÃO INICIAL APONTA A EXISTÊNCIA DE LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO!**

Devido às gravidades das lesões, o requerente fora submetido a intervenções médicas em virtude de uma **DEBILIDADE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, dentre outras complicações físicas.

Assim, resta evidente que **a lesão identificada no laudo no PUNHO DIREITO não possui nexo com o acidente, tanto pela inexistência de documentos médicos que apontem a lesão, como pela própria narrativa da inicial que não informa referida lesão.**

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

IV – Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- A) [ ] Disfunções apenas temporárias;  
B) [☒] Dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas);

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

*Narrativa de dano e desequilíbrio em membro direito.*

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

MOSSORO, 6 de janeiro de 2023.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/RN 980-A**

**LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA**  
**11929 - OAB/RN**